



**O TRAJETO PERCORRIDO POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (GESTÃO 2007-2010) AO CHÃO DE UMA ESCOLA**

**THE TRAJETORY OF A PUBLIC EDUCATION POLICY: FROM THE
SECRETARY OF EDUCATION (ADMINISTRATION 2007-2010) TO THE FLOOR
OF SCHOOL**

PONCE, Branca Jurema

Doutorado em Educação: Currículo pela PUC-SP
Docente do Programa de Pós Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP
e-mai: tresponces@uol.com.br

LEITE, Eliana Albarrans

Mestrado pelo Programa de Educação: Currículo da PUC-SP
Supervisora de ensino titular de cargo efetivo da Secretaria de Estado da Educação
e-mail: eal_lia@yahoo.com.br





RESUMO

O objeto da pesquisa finalizada em 2011, que deu origem a este artigo, foi a Reforma Curricular do Estado de São Paulo, implantada na gestão 2007-2010 da rede pública, no seu encontro com as práticas pedagógicas de uma unidade escolar. Na proposta curricular (2008), que se consolidou como currículo oficial no início de 2010, o discurso utilizado apoiou-se na garantia de uma base comum de conhecimentos e competências, conforme se observou por meio dos documentos oficiais da Secretaria de Educação. A escolha da unidade escolar deveu-se à sua história marcada pela construção e vivência coletiva do seu projeto político-pedagógico, que foi evidenciada por meio da voz de seus educadores e da leitura de documentos oficiais da escola. A escuta específica dos professores foi feita por meio de grupo focal. A pesquisa documental e bibliográfica foi realizada em dois anos; o acompanhamento do impacto da Reforma na unidade escolar escolhida, em um ano. Para a análise foram utilizados três conceitos-chaves: trabalho coletivo, projeto político-pedagógico e autonomia docente. As bases teóricas foram construídas a partir de CONTRERAS (2002), GIROUX (1997), FUSARI (1993) e PONCE (1997). Para esses autores, a participação dos sujeitos envolvidos na construção curricular é fundamental na edificação de uma escola de qualidade social. Os resultados da pesquisa, que são relatados nesse artigo, apontaram uma ruptura na história democrática da escola estudada, que com a Reforma teve seu trabalho coletivo dificultado, sua autonomia docente ferida e seu projeto político-pedagógico escanteado.

Palavras-chave: proposta curricular - estado de São Paulo - prática escolar - projeto político pedagógico.

ABSTRACT

The object of the research completed in 2011, which led to this article, is the Curricular Reform of the State of São Paulo, 2007-2010 implanted in the public education management, in its meeting with the pedagogical practices of a school unit. In the curricular proposal (2008), which has established itself as the official curriculum in early 2010, the speech used relied on ensuring a common base of knowledge and skills, as has been noted on the official documents of the Secretary of Education. The school unit was chose due to its history marked by the construction and collective experience of its political-pedagogical project, which was evidenced by the voice of the teachers and the reading of official documents of the school. The specific listening of the teachers was done through focal group. The bibliographical and documentary research was carried out in two years, the follow up of the impact of the Reform at school unit chosen, in a year. For the analysis we used three key concepts: collective work, the political-pedagogical project and teachers' autonomy. The theoretical bases were constructed from CONTRERAS (2002), GIROUX (1997), FUSARI (1993) and PONCE (1997). For these authors, the participation of those involved in curriculum construction is crucial in building a school with social quality. The research results, which are reported in this article, indicated a break in the democratic history of the studied school, that with the Reform had the collective work hampered, the teachers' autonomy wounded and its political-pedagogical project put aside.

Keywords: Curriculum - State of São Paulo - School Practice - Political Pedagogical Project.





1. INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo inicia o ano de 2007 sob o comando de José Serra, eleito para o mandato 2007-2010. Assume a Secretaria da Educação a Professora Maria Lúcia Vasconcelos. Após breve mandato, ela é substituída por Maria Helena Guimarães de Castro, que recebe o encargo de promover a reorganização do ensino paulista, tendo em vista, na avaliação da Secretaria, os baixos índices de desempenho obtidos pelos alunos da Rede Pública no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb/Prova Brasil), no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), durante o ano de 2007.

Como estratégia de enfrentamento do problema, assim identificado oficialmente, o Governo adota medidas e propõe nova política curricular para as escolas públicas da rede estadual, que tem a sua máxima expressão na implantação, no início de 2008, da *Proposta Curricular do Estado de São Paulo* para o Ensino Fundamental e o Médio.

Antes de se desligar do cargo de governador para concorrer às eleições presidenciais de 2010, em 15 de abril de 2009, José Serra exonerou a Secretária Maria Helena de Castro, nomeando em seu lugar o ex-Ministro da Educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato de Souza. O novo Secretário lança o Programa “+ Qualidade na Escola”, com o objetivo de equacionar problemas do magistério público paulista identificados pela Secretaria. Para tanto foram propostas cinco ações: 1. a criação da Escola de Formação de Professores do Estado de São Paulo, que se propunha a utilizar a metodologia de educação a distância, por meio da rede do saber, em parcerias com universidades públicas e privadas de São Paulo, incorporando experiências de Organizações Não Governamentais (ONGs) e fundações privadas; 2. o curso obrigatório para ingresso dos aprovados em processos seletivos realizados pela SEE/SP; 3. a criação de mais duas novas jornadas semanais para os professores (33 e 10 horas-aulas); 4. a criação de 50 mil novos cargos efetivos e a abertura de concurso público; 5. a prova seletiva para os professores contratados em regime temporário como parte dos requisitos na escolha de aulas.

Paulo Renato permanece à frente da SEE/SP durante o Governo de Alberto Goldmam (2010), até a posse de Geraldo Alckmin, que, eleito, retorna ao Palácio dos Bandeirantes após quatro anos, para o mandato 2011-2014. É então nomeado para a Pasta da Educação o





Professor Herman Jacobus Cornelis Voorwald, que terá que lidar com o descontentamento com a política educacional adotada até então.

2. A REFORMA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (GESTÃO 2007-2010)

No início de 2008 é implantada, em toda a rede pública estadual paulista, a Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental (Ciclo II) e Médio, por meio do Programa São Paulo Faz Escola, cujas ações compreendem decisões estabelecidas por meio de dispositivos legais, que objetivam a reorganização didático-pedagógica-administrativa das unidades escolares e da rede de educação.

O argumento adotado pela Secretaria para a implantação da Proposta Curricular se concentra no fato de que a autonomia conferida às escolas pela LDB (Lei 9394/96) para definirem seus projetos pedagógicos, embora seja reconhecida como importante medida descentralizadora, mostrou-se insuficiente do ponto de vista da garantia de um sistema educacional. A Proposta Curricular buscou unificar ações em toda a rede na busca de “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências”, segundo Maria Inês Fini, coordenadora geral da proposta (SÃO PAULO, 2008, p. 3).

Foram produzidos materiais dirigidos aos gestores, professores e alunos, assim como lhes foram propostos novos procedimentos de conduta, que previam uma lógica funcional da rede baseada na produtividade, que deveria ser devidamente mensurada. Como apoio ao programa de implantação, a SEE/SP desencadeou ações de monitoramento e verificação de resultados, com destaque para a avaliação do desempenho dos alunos e do progresso de cada escola, de modo a obter o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). O *site* São Paulo Faz Escola foi criado para apoiar os processos e consolidar o currículo.

A partir de nossa análise pudemos ver que o modelo de escola evidenciado pelo programa da rede entende como bons gestores, professores e alunos, aqueles que cumprem a proposta em um tempo considerado ideal. As avaliações devem evidenciar a aquisição de conhecimentos e habilidades comuns a todos em tempos previstos.





A Proposta causou impacto nas escolas, sendo recebida com desconforto por uns, conforto para outros, certezas e incertezas. De qualquer forma, suscitou a necessidade de adaptação às normas e diretrizes definidas pela SEE/SP.

3. A UNIDADE ESCOLAR

A unidade escolar analisada integra o conjunto de 5.352 escolas públicas da Rede de Ensino do Estado de São Paulo (dado obtido em maio de 2011, no site http://drhu.edunet.sp.gov.br/a_principal/Arquivs/9.pdf).

A escolha dessa unidade escolar deveu-se à sua história marcada pela construção e vivência coletiva do seu projeto político-pedagógico, que foi evidenciada por meio da voz de seus educadores e da leitura de documentos oficiais da escola. A escuta específica dos professores foi feita por meio de grupo focal. Também se procedeu à pesquisa de dados sobre a região que abriga a unidade escolar.

A escola dista 30 km do marco zero (Praça da Sé) da cidade de São Paulo, compondo o Distrito de Monte Verde, cuja origem está ligada ao processo de expansão da periferia do Município a partir de 1850. O território, que foi habitado por índios de diferentes tribos, foi conhecido nos primórdios como “região da corcova” e o bairro nasceu graças à luta da população local nos anos de 1920 pela construção de uma estação ferroviária. A montagem de barricadas ao longo da linha férrea que ligava a Cidade de São Paulo a outras cidades da região metropolitana foi um marco e ocorreu por um período de dois anos, para forçar a parada diária de trens.

A região, também por sua posição geográfica – é via de acesso São Paulo / Rio de Janeiro -, é marcada por uma história de lutas. Impediu tropas federais de chegarem a São Paulo em 1917, nas primeiras greves operárias; em 1924, no levante tenentista; e em 1932, na Revolução Constitucionalista.

Nos anos de 1970 e 1980, a população local de modo organizado conquistou água, esgoto, asfalto e iluminação pública. Ainda há carência de serviços básicos como transporte, hospital e serviços de saneamento.

Hoje, a região caracteriza-se como um bairro dormitório. Não há emprego local. Há um grande adensamento de construções, que são feitas em mutirão, pelos próprios moradores,





também adensados. Há um pequeno comércio, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), três escolas estaduais, uma creche e uma escola de Educação Infantil, uma igreja católica e algumas igrejas evangélicas. É grande a falta de segurança dos moradores e há grande carência de espaços de lazer.

A renda familiar da população gira em torno de um a dois salários mínimos, obtidos no desempenho de funções como mecânico, pedreiro, vendedor, faxineiro, diarista e ambulantes. É grande o número de desempregados e de trabalhadores informais, cujo nível de escolaridade, em média, não ultrapassa o ensino fundamental.

Nesse contexto, a escola se constitui em um lócus importante e único na região.

A E.E. Fênix, como a denominamos, foi criada em 26 de novembro de 1947, por meio do Decreto no 17.698/47, durante a gestão do Governador Adhemar Pereira de Barros (1947-1951). Constituíam-se originariamente de quatro classes.

Nesse período e nos anos que se sucederam, coube à Fênix pouca ou nenhuma autonomia para a organização e construção de um plano de atividades direcionado às necessidades de seus alunos, conforme podemos notar pelo texto do Artigo 158 do Decreto no 17.698/47:

Nenhuma alteração no plano de atividades escolares poderá ser levada a efeito sem a anuência prévia da Delegacia Regional do Ensino e aprovação do Departamento de Educação que é a Repartição privativamente encarregada de organizar, orientar e fiscalizar o trabalho das escolas primárias (Diário Oficial do Estado de São Paulo, 04/01/1948, p. 1)

O mesmo ocorre com a escola no período da ditadura militar. Não se percebe, pela análise dos registros existentes na unidade escolar, evidências de práticas coletivas.

Os movimentos em defesa do processo de abertura política iniciados no final da década de 1970 iniciaram um novo período na escola, o de um trabalho coletivo a partir de reflexões sobre as suas práticas educativas. O grupo envolveu-se nos movimentos sindicais e encontros de resistência à opressão política existente. Em grupos de estudos, discutiu práticas pedagógicas, condições de trabalho, relações de poder, currículo, entrando em contato com textos de Paulo Freire, Gramsci, Marx, entre outros, segundo relatos de seus educadores. Paulo Salim Maluf (1979-1982) era o governador de São Paulo.





A E.E. Fênix fortaleceu-se como unidade escolar e passou a construir de modo coletivo a sua organização didático-pedagógica, ação que possibilitou o enfrentamento das dificuldades durante os governos de Orestes Quécia (1987-1991) e Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1995), caracterizados pelo autoritarismo no trato das questões ligadas ao professorado.

Durante o Governo Fleury, em 1993, a escola foi incluída no Projeto Escola Padrão (Decreto Estadual nº 34.035 de 22/10/1991), que possibilitava a autonomia da unidade escolar. Seus educadores foram contrários ao projeto, que não incluía todas as escolas. Entretanto, a implantação possibilitou-lhes a ampliação de espaços coletivos.

Segundo o depoimento de educadores da unidade escolar, nesse contexto e com a necessidade de fortalecimento do grupo, nasceram os fundamentos de uma comunidade de trabalho, que se sustentou obtendo o apoio de professores formadores que trabalhavam nos então chamados Núcleos de Ação Educativa (NAEs), que promoviam ações de formação dos profissionais ligados ao sistema de ensino municipal de São Paulo. Como a E.E. Fênix era uma unidade da rede estadual, o apoio foi informal, conseguido por meio de afinidades entre a prática da escola e o pensamento de Paulo Freire. A E.E. Fênix passou a desenvolver, a partir disso, um projeto próprio de formação.

Os encontros de formação ocorriam em períodos quinzenais durante os horários de trabalho pedagógico, que possibilitaram a construção do projeto pedagógico da escola. Esse processo aproximou a comunidade externa da escola, configurando uma comunidade escolar de maior porte envolvida com o mesmo objetivo no fazer escolar.

Os índices de reprovação e de evasão foram praticamente eliminados e todos participavam de maneira ativa do processo de ensino. A escola conquistou autonomia na condução do projeto de sua formação, docentes voltaram à universidade em busca de subsídios para responder às novas demandas do projeto de formação na escola, o que gerou dissertações e teses.

Como estratégia para evitar a interferência da Delegacia de Ensino, cujo relacionamento com a escola era distante, a E.E. Fênix atendia prontamente às exigências burocráticas e determinações legais.





O primeiro governo de Mário Covas (1995-1998), em 1996, promoveu uma reestruturação da organização das escolas. Com isso, a E.E. Fênix deixou de atender da 1ª à 4ª série e passou a trabalhar apenas com alunos da 5ª série ao terceiro ano do antigo 2º Grau. Essa mudança provocou uma desarticulação do trabalho construído. O grupo de profissionais foi radicalmente modificado, rompendo com a coesão existente.

Instalou-se o conflito no interior da escola, os grupos se isolaram. Nesse cenário, uma atividade cultural aberta à comunidade, proposta pelo Conselho de Escola e desenvolvida com pouca participação dos professores na organização, marcou o início de uma mudança na comunicação entre os grupos, que favoreceu o surgimento das primeiras iniciativas de atuação coletiva pelos grupos divergentes. Reiniciou-se o processo de integração e a percepção da necessidade de uma construção coletiva das ações.

Em 1998 a SEE/SP novamente promove alterações na estrutura do ensino no Estado de São Paulo, que impactam a organização da escola ao definir que o processo de atribuição de aulas seria incumbência das Delegacias de Ensino. Isso provoca nova mudança no quadro docente da E. E. Fênix, gerando novo desmonte do seu processo de construção coletiva, que teria que contar com um corpo docente estável para manter o trabalho do grupo.

Nessa altura, os efeitos da nova LDB (Lei no 9.394/96), sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), eram sentidos por algumas escolas mais atentas. Havia um avanço conceitual em relação à autonomia e ao trabalho coletivo na construção do projeto político-pedagógico. Ao delegar à escola a tarefa de elaborar o seu projeto político-pedagógico e ao especificar a dimensão coletiva dessa elaboração, a nova lei ratificava as práticas até então desenvolvidas pela E. E. Fênix.

Esse período marcou novo movimento de articulação da dimensão coletiva no interior da escola. Embora as contradições das propostas neoliberais insistissem em minar a sua autonomia, a vocação para uma identidade voltada para a construção coletiva era forte.

A E.E. Fênix chegou a vivenciar uma experiência de construção de “comunidades de trabalho”, que tinham a finalidade de possibilitar a reflexão sobre as suas práticas e a construção de conhecimento pelo grupo por meio do distanciamento das ações cotidianas.

A reforma curricular implantada pela SEE/SP em 2008, na gestão do Governador José Serra (2007-2010), desencadeou um conjunto de ações que geraram pressões sobre as escolas.





Apesar de implantação de um currículo único materializado na forma de cadernos apostilados distribuídos pela Secretaria a todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio, a E.E. Fênix se manteve firme no desenvolvimento de seu projeto pedagógico. Para não sucumbir às pressões emanadas das instâncias superiores, que limitavam as ações da escola, adotou práticas de desconsideração das pressões. A unidade escolar continuava desenvolvendo suas metodologias de aprendizagem pautadas em eixos temáticos discutidos pelo seu coletivo. Além do currículo próprio, manteve uma organização interna diferenciada em suas turmas de alunos. Negou-se a distribuí-los por desempenho. As turmas recebem nomes de grandes personalidades: turma Paulo Freire, por exemplo.

Como parte da estratégia adotada, a E.E. Fênix desenvolve seu currículo sem se preocupar com índices e metas estabelecidos pela SEE/SP, embora participe de todas as avaliações do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Os professores trabalham a partir do projeto político-pedagógico.

4. IMPACTOS DA REFORMA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (GESTÃO 2007-2010) NA E.E. FÊNIX

Para Giroux (1986), por *resistência* entende-se o conjunto de práticas exercidas por grupos subordinados na tentativa de evitar o processo de dominação com o objetivo, claro ou não, de garantir sua identidade e cultura.

No processo de resistência para manter sua autonomia curricular e pedagógica, a E.E. Fênix participa de todos os momentos de formação oferecidos pela SEE/SP aos profissionais das escolas sem abrir mão de manter, internamente, a sua própria proposta e ação de formação continuada. Para todo o corpo da escola, este lócus é marcado pela exposição de ideias, pelo diálogo de saberes, por debates e reflexões.

A reforma curricular se apresentou à E.E. Fênix como uma ameaça à sua autonomia, ao desconsiderar sua proposta pedagógica. Configurou-se como expressão de ingerência, e não de diálogo, propondo à escola que desprezasse os objetivos propostos em seu projeto político-pedagógico, que tem história e que foi construído a partir da realidade de sua comunidade.





A recente Proposta Curricular da Secretaria ao chegar na E.E. Fênix não foi capaz de constituir-se em um projeto consentido e articulado com o projeto político-pedagógico da escola, o que a revelou uma política pública fracassada.

Três conceitos nortearam as análises realizadas, tendo como base a defesa da educação escolar que busca emancipar, que se propõe a contribuir com a construção de uma sociedade sem desigualdades sociais, políticas, econômicas e humanas; os conceitos: trabalho coletivo, projeto político-pedagógico e autonomia docente.

Este último surge na contramão das reformas educacionais desencadeadas nas décadas de 1960 a 1990, que conduziram a mudanças no trabalho docente, conduzindo-o a um processo de racionalização e tecnicização.

Para Contreras (2002, p. 36), “A progressiva racionalização do ensino introduzia um sistema de gestão do trabalho dos professores que favorecia seu controle, ao torná-lo dependente de decisões que passavam ao âmbito de especialistas em administração”. Com isso, os professores perdem a cada dia o controle sobre o seu fazer pedagógico.

A falta de autonomia conduz à perda da identidade profissional, à desvalorização do magistério, promovendo um processo de desqualificação do trabalho dos professores.

Permeada por mecanismos que exploram o conceito da meritocracia, a recente Proposta Curricular vai retirando dos professores a capacidade de resistência, levando-os a perderem a possibilidade da crítica, favorecendo que se rendam às armadilhas de práticas pedagógicas tecnicistas. A Proposta não prevê uma construção social democrática e o trabalho coletivo.

O trabalho coletivo é fruto de um processo, não se faz de uma hora para outra. Exige tempo, empenho, clareza de objetivos. Para Fusari (1993, p. 71):

Trabalhar coletivamente é então algo a ser conquistado a médio e longo prazo, que exige disponibilidade de cada pessoa envolvida no processo. Exige mais: querer crescer, mudar, transformar; querer participar do processo de criação de uma nova escola, de uma nova sociedade.

O trabalho coletivo não é tarefa simples. De acordo com Paulo Freire (1959), a sua efetivação no cotidiano da escola deve ser pautada pela postura democrática dos componentes do grupo, considerando a diversidade de culturas existentes no interior da escola, e na





construção da sociedade democrática como grande objetivo. O diálogo é a matriz da democracia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Curricular para a E.E. Fênix isolou os professores, limitou o seu caráter reflexivo e cerceou o seu fazer, propondo-os como docentes reprodutores de um “currículo” pensado longe dele, com metas a serem cumpridas e prazos para transmissão de conteúdos.

A recente Reforma nega o tempo de construção do trabalho docente e inviabiliza ao professor construir coletivamente a reflexão sobre a sua própria prática e sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. Para Ponce (1997):

O tempo de construção da docência tem de abrigar todos os momentos e fontes formadoras dos professores, não ocorrendo necessariamente no espaço profissional; entretanto é necessário que exista formalmente em seu espaço profissional como tempo coletivamente utilizado pelos professores com a finalidade construtiva de sua docência (PONCE, 1997, p. 96-97).

Ao impor metas, prazos e um currículo segmentado em cadernos bimestrais a Reforma não prevê tempos coletivos e de reflexão. Com foco na avaliação, a recente Reforma Curricular força o direcionamento do fazer pedagógico para os índices de desempenho.

Ao perder a dimensão coletiva, a escola se fragiliza, os professores entram em um processo de despolitização, que conduz à proletarização da profissão docente.

Os resultados da pesquisa a partir da qual se produziu este artigo, apontaram que a Reforma Curricular do Estado de São Paulo (gestão 2007-2010) impactou as práticas pedagógicas da unidade escolar E.E. Fênix provocando uma ruptura na história democrática da escola, que teve seu trabalho coletivo dificultado, sua autonomia docente ferida e seu projeto político-pedagógico escanteado.

Qualquer política pública, que resulte em propostas pedagógicas, terá que considerar os sujeitos não apenas como executores de um processo. Gestores, professores e alunos terão diferentes papéis, mas em um processo pedagógico democrático, sua autonomia deverá ser preservada por meio de um projeto coletivo que se consolide a cada dia.





É urgente a retomada sobre a discussão e a prática do trabalho coletivo nas escolas e nas redes, assim como urge recuperar o projeto político-pedagógico como construção coletiva. São duas as tarefas nessa direção: uma das políticas públicas - contemplá-lo nas propostas curriculares – e, outra, da ação dos docentes – reivindicá-lo como tempo coletivo remunerado e bem utilizado.

A autonomia docente é uma conquista que deriva do trabalho planejado, criativo, formador, coletivo e exigente consigo mesmo, com a escola, com o Estado e com os alunos, mas pode e deve ser um princípio valorizado pelas políticas públicas de formação continuada e pelas propostas curriculares.

REFERÊNCIAS

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 1959. Tese (Concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação) – Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

FUSARI, J. C. A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar. **Série Idéias**, n. 16. São Paulo: FDE, 1993. p. 69-77. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdg/ideias_16_p069_077_c.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

GIROUX, H. **Teoria Crítica e Resistência em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

PONCE, B.J. **O Tempo na construção da docência**. 1997. 238 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

Submetido em: 3.3.2012

Aceito em: 31.3.2012

